

# Nova fase do desenvolvimento

POUCOS senadores apreciaram a ironia do senador Ney Suassuna no fim de semana: tortas de limão bem amargo para comemorar aniversários de duas medidas provisórias, editadas e reeditadas pelo presidente da República. Uma delas versa sobre o Programa Nacional de Desestatização e completava 39 meses desde que enviada ao Congresso pelo Executivo. Nesse mesmo fim de semana, amargo para os que querem um Congresso atuante, o presidente da República visitou a Usina de Volta Redonda e no berço do intervencionismo estatal ressaltou as virtudes da privatização. Deixando de lado as farpas trocadas com o embaixador Itamar Franco — que se tornam cada vez mais freqüentes e pontiagudas —, a fala do presidente Fernando Henrique Cardoso insistiu em que é visível em futuro próximo nova

nova etapa: "É preciso aumentar o investimento e, portanto, aumentar a poupança e o bem-estar. É o momento de pensar em crescer e distribuir renda simultaneamente, e não uma coisa depois da outra." A frase que grifamos não é nova no discurso presidencial; por isso, sua repetição ganha importância; tanto maior quanto o presidente Fernando Henrique Cardoso insistiu em que é visível em futuro próximo nova onda de crescimento econômico. O otimismo e a mudança de enfoque na distribuição da renda — crescer e distribuir simultaneamente — indicam claramente que o chefe do Executivo não hesitará em dar um passo que para muitos é ousado. Alguns diriam até *atrevido*, se se considerar que o crescimento previsto na mensagem orçamentária não autorizaria tal estado de espírito e, especialmente, porque ainda não se deu o desejado ajuste fiscal sem o qual as bases de sustentação do Plano Real deverão continuar sendo as âncoras lançadas dois anos atrás.

O presidente da República tem plena consciência, estamos certos, de que, ao



pretender crescer e distribuir renda simultaneamente, muda um padrão que se consolidou depois do governo Castelo Branco e foi a marca registrada do período autoritário. Sabe, igualmente, que a nova fase de desenvolvimento — para a qual espera contar com o apoio de grandes investimentos privados — dependerá em boa medida de que se evitem futuros gargalos nas contas correntes do balanço de pagamen-

tos, o que exige, entre outras coisas, que os incentivos às exportações aprovados pela Câmara dos Deputados se transformem rapidamente em lei. Da mesma maneira que tem presente a questão que o economista Eduardo Giannetti da Fonseca propôs ao ministro Antônio Kandir na CSN: o custo, para a União, das compensações que serão pagas aos Estados e até mesmo aos municípios em decorrência da aprovação da lei em questão.

A mudança de enfoque que assinalamos depende, para ser compatível com o programa de estabilização da moeda, do ajuste fiscal, das reformas da Previdência e ad-

ministrativa e, no que se refere aos investimentos, da aprovação das leis que regulamentam a abertura dos mercados de telecomunicações e do petróleo. Em outras palavras, do Congresso Nacional e da disposição dele de não ceder a impulsos como o que animou o senador petista José Dutra a retirar seu projeto de lei que transferia para o Senado a autorização para que se realizasse a privatização da Vale do Rio Doce, e, logo em seguida, apresentar outro, que dá ao Senado a prerrogativa de retirar qualquer empresa do pro-

**O presidente da República quer que o crescimento e a distribuição de renda sejam simultâneos**

grama de privatização. Prevalecendo esse espírito que se materializou na torta de limão amargo para comemorar a 37ª reedição da medida provisória sobre desestatização, as expectativas otimistas do presidente dificilmente se materializarão. O País poderá demorar para entrar na nova fase de crescimento econômico e, consequentemente, a distribuição de renda terá de ser adiada.